

Câmara derrota o Governo vetando verba suplementar

O presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), e líderes dos partidos políticos derrotaram o governo ontem ao rejeitar todos os pedidos de créditos suplementares feitos à Comissão de Orçamento do Congresso depois do prazo limite fixado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, dia 31 de outubro. O governo enviou 124 projetos, num total de CR\$ 4,5 trilhões. Um total de 45 deles, que somam CR\$ 3 trilhões, foram os vetados pela irregularidade na questão do prazo.

Entre os pedidos rejeitados constam, por exemplo, CR\$ 238 bilhões para empresas estatais e CR\$ 122 milhões para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) dar continuidade à construção de sua luxuosa sede em Brasília, encomendada à empreiteira OAS e sob investigação da CPI do Orçamento. "Estamos fazendo uma CPI para apurar irregularidades no Orçamento e não podemos aceitar estes pedidos", afirmou o deputado Paulo Bernardo (PT-PR). Os líderes do PFL, Luís Eduardo Magalhães (BA), e do PDT, Miro Teixeira (RJ), também

foram contra. Inocêncio Oliveira apoiou os líderes. "Não vamos aceitar e pronto", disse.

A decisão dos líderes do Congresso deverá criar um colapso no fechamento das contas do governo este ano, disse um dos líderes presentes. Motivo: um dos projetos rejeitados contém despesas de custeio dos ministérios e órgãos públicos que alguns líderes suspeitam que já foram realizadas. Ou seja, estariam sendo pedidos ao Congresso só para fechamento das contas no TCU (Tribunal de Contas da União).

No final do dia, emissários do

presidente Itamar Franco procuravam as lideranças propondo um acordo. Querem mudar os prazos da lei e, com a manobra, retirar o carimbo de irregulares das solicitações de mais verbas orçamentárias do Executivo. O argumento dos governistas é de que vai faltar dinheiro para pagamento de pessoal. Para evitar isto, havia disposição dos líderes em aceitar a negociação sobre os créditos para pessoal, mas sobre os demais créditos há muitas restrições, principalmente quando o assunto é a criação de mais despesas para a União.

PRINCIPAIS CRÉDITOS RECUSADOS

- **TCU** — Assistência médica aos servidores, num total de CR\$ 86 milhões;
- **Câmara dos Deputados** — CR\$ 1,2 bilhão para "funcionamento".
- **Ministério da Aeronáutica** — CR\$ 300 milhões para construir instalações.
- **Min. Bem-Estar Social** — CR\$ 3,9 bilhões para investimentos.
- **Min. Bem-Estar Social** CR\$ 25 milhões para assistência a servidores.
- **Embraer** — CR\$ 945 mil para aquisição de móveis e equipamentos.
- **CVRD** — CR\$ 1,4 bilhão para construção de instalações portuárias.
- **DNOCS** — CR\$ 1,2 bilhão para investimentos.
- **STJ** — CR\$ 12 milhões para comprar móveis para o TRE do Paraná.
- **Superintendência Desenvolvimento da Amazônia** — CR\$ 1,06 bilhão para investimentos diversos.